

## A UNIVERSIDADE POPULAR NA PARAHYBA: CIRCULAÇÃO DE IDEIAS, SUJEITOS E AÇÕES

Jean Carlo de Carvalho Costa<sup>1</sup>  
Maira Lewtchuk Espindola<sup>2</sup>

### RESUMO

Esse artigo aborda elementos que envolvem os debates referentes à instituição de uma Universidade Popular no estado da Paraíba no início da década de 1910 durante o governo de João Pereira de Castro Pinto. A discussão será apresentada a partir da análise de fontes impressas como as Mensagens Presidenciais, as Atas da Câmara dos Deputados e os artigos publicados no Jornal A União. A ideia de uma Universidade Popular, inspirada em um modelo europeu, ao Brasil, foi introduzida embora tenha passado por uma reestruturação no contexto local. Instituída no Rio de Janeiro, no início do século XX, era destinada à disseminação do pensamento anarquista/socialista para as camadas de trabalhadores. Na Parahyba, Castro Pinto a propôs com o objetivo de afastar essa classe dos perigos das teorias externas. Fundada na Parahyba em 1913, a Universidade Popular teve como o seu público alvo não apenas operários, mas também alunos do Lyceu e toda a intelectualidade parahybana. Tratou-se de iniciativa breve, mas inovadora, que acabou atraindo e envolvendo o público local e diversos personagens em torno de temáticas educativas como higiene, instrução pública e voto.

**Palavras-Chave:** Universidade Popular; História da Educação; Sujeitos.

## THE POPULAR UNIVERSITY IN PARAHYBA: CIRCULATION OF IDEAS, SUBJECTS AND ACTIONS

### ABSTRACT

This article discusses elements that involve the debates concerning the establishment of a Popular University in the state of Parahyba in the early 1910s during the government of João Pereira de Castro Pinto. The discussion will be presented from the analysis of printed sources such as the Presidential Messages, the Minutes of the Chamber of Deputies and the articles published in journal The Union. The idea of a Popular University inspired by a European model to Brazil was introduced although has undergone a restructuring in the local context. Established in Rio de Janeiro at the beginning of the 20th century, it was destined to spread anarchist / socialist thinking to the layers of workers. In Parahyba, Castro Pinto proposed it with the aim of removing this class from the dangers of external theories. Founded in Parahyba in 1913, the Popular University had as its target audience not only workers, but also Lyceu students and all parahyban intelligentsia. It was a brief but innovative initiative that ended up attracting and involving the local public and various characters around educational topics such as hygiene, public education and voting.

**Keywords:** Popular University; History of Education; Subjects.

A ideia de uma Universidade Popular não é recente. Ainda que seja possível identificar na literatura que se debruça sobre o pensamento de Paulo Freire, por exemplo, defesa desse seu ideal e também que seja possível, no dias atuais, identificar discussões e preocupações com a expansão da possibilidade de uma educação superior a um número maior de sujeitos, muitas vezes, guiada por essa ideia, a sua natureza transcende essas preocupações contemporâneas. E é possível destacar experiências com a institucionalização de uma Universidade Popular em contextos distintos distribuídos ao longo do século de parte do século XIX e no início do século XX, mas se trata de ideia que nos atuais ainda circula em certas esferas da academia, no Brasil, por exemplo. O objetivo desse trabalho, nesse sentido, é discutir a Universidade Popular enquanto experiência educacional singular a partir das tensões e iniciativas existentes em torno dela no Governo de João Pereira de Castro Pinto na Parahyba no início da primeira República.

Uma das questões presentes na configuração desse trabalho investigativo se deu em função da escolha das fonte e de seu tratamento, problema sempre delicado na atividade historiográfica contemporânea tanto, por vezes, em relação a sua escassez como também por julgamentos de valor derivados do próprio investigador. De fato, o modo por meio qual nós as abordamos constitui questão singular, pois se trata de um esforço de manusear as fontes sem necessariamente nos deixar guiar por interesses do presente que argumentam sobre o valor positivo de uma iniciativa dessa natureza ou mesmo o seu inverso. Reconstruir e interpretar a sua natureza se tornou um processo contínuo e árduo, em parte, obviamente, em função da estrutura dos Arquivos e de sua organização. De todo modo, as escolhas foram realizadas e a articulação entre elas e o entendimento de seu contexto de produção foram fundamentais para a produção de uma leitura mais próxima possível de lugar da realidade a partir de nosso olhar do presente sobre esse tipo de experiência educativa.

Para tanto, tivemos que separar quais os tipos de fontes queríamos e poderíamos utilizar na investigação. Escolhemos, desse modo, destacar: as Atas na Câmara dos Deputados, momento da produção e da realização da legislação educacional (FARIA FILHO, 1998); mensagens do presidente do estado, considerando que, segundo Gonçalves Neto (2009, p. 111), “As mensagens dos presidentes do estado contribuem para a explicação da trama que esteve implicada no processo de produção da escola [...]”; e o Jornal **A União**. Sobre isso, nos guiamos por Morel e Bastos (2003, p. 8), quando afirmam que há uma crescente produção de pesquisas na história que se utilizam da imprensa como fonte documental, essa fonte, desse modo, “[...] integra-se a outros materiais que dão suporte a pesquisas e reflexões em áreas diferentes”. Inicialmente, catalogamos e fotografamos os exemplares do jornal do ano de 1913 encontrados no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba (FUNESC). Sobre a Universidade Popular encontramos um total de 25 artigos e chamadas relacionadas à instituição.

Luca (2010) argumento que um aspecto que devemos considerar quando pensamos na imprensa é a *materialidade*. Questões, por exemplo, relativas à catalogação. A despeito do fato de o jornal encontrar-se arquivado em série – elemento importante segundo Luca (2010) -, muitos dos exemplares estavam faltando ou sem condições de manuseio pelos pesquisadores. Logo os números que apresentamos, não correspondem à quantidade real de notícias e chamadas sobre a Universidade Popular. Ou seja, trata-se de um recorte que, esperamos, possa traduzir de forma relativamente adequada essa experiência no contexto da Parahyba na República.

Outro aspecto importante para Luca (2010) diz respeito ao esclarecimento da posição do jornal na sociedade. Segundo Nunes (2006, p. 116), o Jornal **A União** foi fundado em dois de Fevereiro de 1893 pelo presidente de estado Álvaro Machado e “[...] já nasceu sob a marca da oficialidade.”. Essa é uma observação importante para a nossa pesquisa, pois, como veremos a seguir, a proposta da Universidade Popular na Parahyba foi engendrada pelo governo do estado, logo, a forte disseminação de notícias e chamadas nesse jornal sobre a instituição pode ser justificada por seu caráter de oficialidade.

Procuramos então realizar uma interpretação desses documentos (GADAMER, 2008), na qual nos defrontamos com as realidades, experiências e teorias que subjazem as fontes e com os nossas pré-concepções e expectativas construídas. A escolha dessas fontes se deu guiada por diversas questões, a saber: em primeiro lugar, só encontramos referências a essa Universidade na literatura sobre o governo de Castro Pinto, nas mensagens de presidente de estado do próprio Castro Pinto e no próprio jornal *A União*<sup>3</sup>.

Simões Junior, Rapucci e Cairo (2009) destacam o papel da imprensa para os grupos de intelectuais do século XIX e início do século XX. Os periódicos eram um espaço de divulgação de ideias e de embates políticos e sociais. Corroborando com essa ideia, Campos (2012) destaca que a utilização dos jornais como fontes de pesquisas pode contribuir para que o pesquisador perceba a movimentação de ideias do período, além do cotidiano dos projetos políticos e educacionais, os quais eram alvo de disputas na sociedade.

Para as análises realizadas neste artigo, utilizamos a hermenêutica histórica (GADAMER, 2008), pois entendemos que na pesquisa histórica o significado proveniente da análise dos documentos é sempre aberto a revisões e depende de variáveis como a época em que foi produzido e o lugar do pesquisador. A teoria, dentro dessa perspectiva, é uma forma de mediação para que o pesquisador possa ser inserido na rede de significado construída em torno do objeto de estudo (LOMBARDI, 2000) e, em particular, pelo pensamento produzido pelos intelectuais do período, sendo esse um dos fenômenos centrais para se compreender a escrita da educação no Brasil (FARIA FILHO et al., 2009). De fato, já há algumas décadas, tem ocorrido a intensificação desses estudos na historiografia da educação brasileira, esses relacionam os intelectuais, o pensamento social e a educação como eixo principal para o entendimento do papel da instrução na sociedade brasileira em diversos períodos.

Entender o espaço social nos quais os intelectuais participam torna-se, portanto, central para pensar a própria História Intelectual (VIEIRA, 2011; COSTA, 2015). Dessa forma, faz-se necessário o conhecimento das produções desses sujeitos dentro de uma perspectiva mais ampliada, o seu tempo histórico, esse partilhado por outros sujeitos tanto da sua esfera local como também nacional. E por isso a importância da Universidade Popular e da imprensa para nossa pesquisa, ambos sendo pensados a partir do conceito de *comunidade de experiência* (ALONSO, 2002)<sup>4</sup>. Ou seja, sujeitos compartilhando e circulando ideias, interesses e objetivos, guiados, claro, por divergências e concordâncias que, forjadas nas tensões intersubjetivas, contribuíram para uma forma de representar o fenômeno educacional a partir da gestação de uma experiência particular.

### Um breve esboço da trajetória intelectual e política de Castro Pinto

João Pereira de Castro Pinto (1863-1944) foi jurista, advogado, jornalista e professor. Nasceu em Mamanguape no dia três de Dezembro de 1863. Teve seus estudos iniciados na sua terra natal e depois seguiu para a capital, na época denominada de Parahyba do Norte, da província da Parahyba, estudou no Colégio Rio Branco e no Lyceu Parahybano. Em 1882, entrou para a Faculdade de Direito do Recife, na qual foi colega de Epiácio Pessoa e aluno de Tobias Barreto. Tornou-se bacharel em direito no ano de 1886, foi aclamado como aluno distinto e no ato da sua formatura seguindo seus preceitos abolicionistas e republicanos recusou-se a jurar fidelidade ao regime monárquico, apoiado pelo seu mestre Tobias Barreto, catedrático da Faculdade (PINTO, 1982; DUARTE, 2000).

Em 1896, tornou-se professor de Sociologia no Lyceu Parahybano. Entre 1889 e 1991, trabalhou como promotor público em Mamanguape e em 1891 foi nomeado Procurador Seccional da República. Foi, também, redator do jornal *Estado da Parahyba*, periódico vinculado ao partido republicano. Em 1898, foi eleito deputado federal pelo estado da Parahyba. Por uma discordância com a política do estado, renunciou ao seu mandato no mesmo ano (PINTO, 1982).

Trabalhou na promotoria de Pernambuco e do Ceará, onde atuou no tribunal do júri e escreveu no jornal **A República**. No final de 1899, mudou-se para o Pará, foi professor de Lógica no Lyceu Paraense e colaborador no jornal **A Província do Pará**. Voltou para Parahyba e entre os anos de 1901 e 1902, escreveu no jornal **A União**. Em 1902 volta ao Rio de Janeiro, só retornando a Parahyba em 1905 quando se tornou professor de matemática do Lyceu Parahybano nomeado por Álvaro de Carvalho.<sup>5</sup>

Entre os anos de 1912 e 1915, o estado da Parahyba foi governado por Castro Pinto. A candidatura para a presidência do estado foi lançada por Valfredo Leal e Eptácio Pessoa em 1912, tendo como vice-presidente Antônio Pessoa (irmão de Eptácio Pessoa), agradando as elites políticas locais, entre elas os machadistas, aqueles que apoiavam o então governador Álvaro Machado e os nascentes, epitacistas, indivíduos ideologicamente próximos do futuro presidente do país Eptácio Pessoa. Trigueiro (1982, p. 34) destaca que “Castro Pinto era bem mais um intelectual brilhante do que um político convencional [...]”, fato esse que acabou contribuindo também por levá-lo ao governo em 1912 sendo apoiado por vários sujeitos com posições políticas por vezes opostas. Em função desse seu “brilhantismo” também, a sua gestão ficou conhecida como sendo uma grande incentivadora da cultura e da educação no estado (TRIGUEIRO, 1982; MELLO, 1996; VASCONCELOS, 2011). Porém, com as eleições nacionais para a Câmara dos Deputados e Senado Federal de 1915 a aliança entre os grupos políticos cindiu. O presidente do estado tentou, mediante acordos políticos, impedir esse rompimento, considerando que a unidade política garantia ao estado uma presença nacional. Todavia, Trigueiro (1982, p. 47) afirma que:

Fracassadas todas as tentativas de entendimento, Castro Pinto lavou as mãos: ficaria neutro, presidiria ao pleito como magistrado e entregaria o Estado à corrente vitoriosa. Nesses propósitos foi inflexível: a polícia e os serviços estaduais não se imiscuíram na campanha e eleições transcorreram isentas de toda pressão oficial. Exemplo inédito, na Paraíba como no Brasil.

Essa atitude desgastou a sua imagem tanto no grupo dos venancistas, simpatizantes do grupo de Venâncio Augusto de Magalhães Neiva (1849-1939), o primeiro governador do período republicano, os quais saíram da eleição derrotados - quanto entre os epitacistas e lhe custou à presidência do estado. Renunciou no dia 24 de julho de 1915, deixando a presidência do estado para o vice-presidente Antônio Pessoa. Após esse fato, deslocou-se para o Rio de Janeiro e faleceu em 11 de julho de 1944. Em 1959, momento em que a Academia Paraibana de Letras aumentou mais dez cadeiras para seus membros, tornou-se patrono da cadeira 33.

### **A imprensa: símbolo da modernidade e da educação no governo Castro Pinto**

Ao nos depararmos com a literatura sobre o governo de Castro Pinto, há certa consonância de opiniões sobre o grande desenvolvimento ocorrido no estado nas áreas de urbanização, educação e direito civil (PINHEIRO, 2001). Fato esse, também, partilhado por muitos intelectuais do Império e da Primeira República, os quais destacavam a necessidade de investimento tanto na cultura quanto na educação para que o Brasil se transformasse em um país moderno (VIEIRA, 2011). A educação, por conseguinte, passou a ter um papel central para o desenvolvimento da sociedade e para o seu melhoramento. Assim, a construção e a difusão de práticas educativas eram pontos fundamentais para o desenvolvimento de um país.

A modernidade, então, aparecia vinculada à instrução para o povo, pois seria embasado nesse processo que haveria a possibilidade de se enfrentar os problemas do Brasil, como a raça, o clima etc. Dessa forma, a educação seria uma forma de regeneração da raça, o modelo a ser

seguido era a dos países ditos desenvolvidos, nos quais havia um sistema de educação abrangente e uma massificação da instrução do povo. Seguindo na esteira de outros estudos, percebemos que houve na Primeira República paraibana uma preocupação com a instrução pública e essa foi colocada como indispensável para inserir o estado em um contexto de modernidade (ESPINDOLA, 2012). Essa discussão fazia parte de um conjunto maior, no qual os intelectuais brasileiros procuravam formas de instaurar elementos de modernização no Brasil, através da difusão de instituições educadoras, posturas e hábitos modernos, educação moderna etc. (VIEIRA, 2011), por isso uma das facetas dessa modernidade estaria ligada ao pedagógico.

O processo de modernidade no estado não foi apenas centrado na gestão de obras e urbanização das cidades. Castro Pinto, também, realizou ações dentro do campo educacional e cultural. Por isso, pensamos na dimensão da modernidade também como pedagógica, já que essas interferências tinham um cunho formador de cidadãos, de homens e mulheres modernos inseridos nas cidades híbridas e urbanas. Segundo Trigueiro (1982, p. 40):

o seu governo foi progressista e benéfico, porque saiu da rotina, trouxe idéias novas e tomou iniciativas fecundas, que muito contribuíram para melhorar os costumes e elevar o nível moral da vida pública. Entre as inovações que assinalaram o seu governo, merecem ser destacados o combate sem tréguas ao cangaceirismo, o afastamento dos juízes das atividades partidárias, o impulso que deu à instrução pública e à vida cultural do Estado.

Dentro das medidas internas ao projeto de modernidade para o estado, Castro Pinto trouxe de volta para a Paraíba o escritor e jornalista, seu conterrâneo, Carlos Dias Fernandes para dirigir o jornal **A União** e a imprensa oficial. Nas conclusões da mensagem de 1913, Castro Pinto enumerou os intelectuais que foram chamados para participar do seu governo, destacando que:

Seria a mais flagrante injustiça não adicionar a esse meus auxiliares o nome invejável do maior dos nossos intelectuales, Dr. Carlos Dias Fernandes, que na direcção do orgamofficioso, *A União*, soube elevar os fóros da imprensa local a uma altura que em tempo algum alcançou, tamanho fulgôr sua festejada penna de jornalista tem dado ás columnas do tradicional periodico do nosso partido (PINTO, 1913, p. 66, grifo do autor).

Carlos Dias Fernandes reestruturou a imprensa oficial e essa passou a ter destaque no governo de Castro Pinto. No jornal **A União**, houve o aumento de publicação de autores paraibanos, esses tiveram colunas destinadas às suas crônicas e aos seus editoriais.

No plano intelectual, a Paraíba experimentou um surto de desenvolvimento, de proporções inéditas, e que se prolongou, com muito brilho, por dez ou doze anos. Está claro que, por esse tempo, com intensidade maior ou menor por todo o Brasil, como natural reflexo do que se passava no mundo. Na Paraíba, o fenômeno teve expressão de maior amplitude, devido, em grande parte, à orientação do governo. Para dar ênfase à sua preferência pelas cousas da inteligência, ele repatriou o escritor Carlos Dias Fernandes, entregou-lhe a direção de *A União* - órgão oficial do governo, que Álvaro Machado fundara em 1892 - e transformou a gráfica do Estado em editora gratuita de livros paraibanos, como já se fazia, em menor escala, nos governos anteriores (TRIGUEIRO, 1982, p. 43).

A imprensa fez parte, por conseguinte, da proposta de modernidade do estado para Castro Pinto. Percebemos que para o presidente havia a percepção da imprensa como aliada de sua

proposta educacional. Ou em suas palavras como uma *necessidade superior de cultura* (PINTO, 1913). Ele justificava as despesas do órgão pela sua importância para a Parahyba, pois traria destaque para a produção parahybana de trabalhos científicos e literários em todo o país. Entre o final do século XIX e início do século XX, a ideia do jornal como formador do cidadão foi bastante divulgada na cena local e tinha forte inspiração iluminista. Na mensagem de 1914, Pinto (1914, p. 25) argumenta que:

Publicando-se alli o orgamofficial, superintendido em sua redacção politica pelo partido que apoia o governo, acresce que na secção de obras tenho autorizado a edição de trabalhos scientificos e litterarios que muito tem concorrido para o realce do nome parahybano.

Isso tem augmentado muito as despesas, que incontestavelmente são das mais fecundas e justificadas, tendo-se em vista, além de outras considerações, a repercussão de livros alli publicados na imprensa da Capital Federal e dos Estados.

O presidente do estado destacou algumas de suas publicações como as conferências da Universidade Popular e os opúsculos. Compreendemos, por conseguinte, que essa iniciativa governamental acabou por gerar uma movimentação de ideias educativas no estado. E justamente por se caracterizar como ação que partiu do governo, não podemos deixar de explicitar que essa circulação foi pensada de forma seletiva e em concordância com as ideias do partido republicano da Parahyba. Porém, o fato de podermos inferir sobre a seleção desses impressos e dos interesses em suas publicações, não os desclassificam como uma forma de difusão de conhecimento, tentativa essa ligada a uma modernidade pensada propositalmente e encaminhada também a partir da gestão e de alguns de seus sujeitos.

Seria no diálogo estabelecido entre a imprensa e a educação que haveria a formação do cidadão. Assim os impressos possuíam uma função dupla, tanto lugar de difusão de ideias e com objetivos de formação, claro que por grupos específicos que escrevem nos diários, mas também são constituídos das ideias dos próprios cidadãos a partir de sua relação não passiva com esses escritos. Aqui, obviamente, estamos nos guiando por uma compreensão dialógica existente entre as ideias de estrutura social e de sujeito, próximo de uma noção de dupla hermenêutica. Castro Pinto percebeu a função da imprensa como uma incentivadora do processo de modernidade. E a utilizou como uma forma de projetar o estado para um cenário nacional e para divulgar e formar o povo parahybano.

### **A Universidade Popular: ideias em movimento na primeira república brasileira**

A Universidade Popular na Parahyba foi fundada em Janeiro de 1913, porém essa experiência não foi pioneira no país. Aguiar (1999) relata a existência de uma Universidade Popular instalada no Rio de Janeiro em 20 de março de 1904, no Centro Operário das Classes Operárias. Segundo Aguiar (1999) a proposta partiu do alagoano Elysio de Carvalho e teve o apoio de vários intelectuais como Manoel Bomfim, José Veríssimo, Rocha Pombo, Pedro do Couto, Evaristo de Moraes entre outros. Sobre a participação de Bomfim, o autor destaca:

A Universidade Popular estava ligada ao Partido Operário Independente, de inspiração anarquista, que reuniu trabalhadores, agitadores e literatos, entre os quais Manoel Bomfim. [...] Socialista, Bomfim aproximou-se do Partido Independente (como mero simpatizante, entenda-se) com o objetivo de levar à população - e, principalmente, aos trabalhadores - as propostas que vinha formulando e defendendo. A Universidade Popular seria, ao seu ver, um dos instrumentos principais desse processo de transmissão de saber (AGUIAR, 1999, p. 280).

Ligada ao partido operário e com forte cunho anarquista, a instituição carioca estava embasada no exemplo europeu de Universidades Populares, as quais foram retratadas como uma etapa para a luta da emancipação do proletariado (AGUIAR, 1999). A Universidade funcionaria por cursos para as classes populares, Aguiar (1999, p. 282) coloca que:

Os primeiros cursos anunciados foram os seguintes: biologia (a ser dado por Tacito Cardoso), história da literatura brasileira (José Veríssimo), sociologia (Elysio de Carvalho), filosofia (Pedro Couto) e matemática superior (Sinésio de Faria). Manoel Bomfim ficou encarregado de organizar e ministrar dois cursos: um de psicologia, outro de pedagogia.

Porém, a experiência não durou muito tempo e em outubro do mesmo ano foi anunciada a sua extinção. Aguiar (1999) destaca a curta duração desse experimento, fato esse que o leva a crer na probabilidade da não produção de um efeito prático ou político da Universidade. Mas ressalta a “importância não pelo que fez, que foi muito pouco. Mas por tudo o que a Universidade Popular poderia ter sido e feito” (AGUIAR, 1999, p. 286). E é justamente aqui que começamos nossa compreensão sobre a instituição parahybana. Apesar do desapontamento de Aguiar (1999) em relação à instituição carioca, percebemos indicativos de uma movimentação de ideias dessa proposta no Brasil, através, principalmente, da apropriação realizada por Castro Pinto em 1907.

Em 1907, durante o governo do presidente Afonso Penna, foi apresentado na Câmara dos Deputados um projeto de lei n. 242 de 1907, o qual pretendia realizar uma reforma na instrução pública no Brasil em todos os níveis de escolaridade. O projeto 242 foi discutido com duas composições da Câmara, na primeira destacamos Castro Pinto como o deputado eleito pela Parahyba e na segunda - a partir de 17 de agosto de 1907 - Manoel Bomfim era o representante do estado de Sergipe, ambos o discutiram, sendo a redação final feita pelo sergipano.

No discurso de 24 de setembro de 1907, Castro Pinto apontou “[...] que o ensino é questão capital actualmente tão grave que chega a affectar a propria ordem na Republica. *Nós não podemos ser uma Republica de analphabetos* simplesmente porque a Comissão não autoriza a União a fundar escolas.” (BRAZIL, 1907, p. 726, grifo nosso)<sup>6</sup>. Assim, caberia à Câmara dos Deputados intervir e proporcionar a instrução para o povo. Schwarcz (2010, p. 169), ainda discutindo sobre a faculdade de Recife, destaca “[...] A despeito de uma variação nas interpretações, o fato é que esses juristas, enquanto ‘homens de sciencia’, se sentiram responsáveis por essa difícil nação ainda em processo de formação.” A educação era uma maneira de formar o sujeito e, conseqüentemente, a legislação seria o sustentáculo à construção desse projeto educacional republicano, o de civilizar a sociedade. De acordo com Rocha (2004, p. 37, grifo do autor) “[...] é o suposto da *insuficiência de povo* que coloca a exigência de que somente uma estrutura de autoridade seja capaz de ordená-la.” Logo, seria a classe de dirigentes os responsáveis pelo ordenamento do povo e da sua instrução.

A instrução do povo era vista como forma de incorporação desse sujeito às novas exigências da sociedade moderna. Para além de ensinar o povo a ler e escrever era necessário encaminhá-lo ao trabalho. Castro Pinto propunha que havia uma necessidade da continuação desse ensino para além da instrução primária. Por isso, discorreu sobre a necessidade da reforma na

instrução pública, embasado no exemplo francês e inglês de uma educação primária superior, a qual ligaria à educação intelectual à educação prática. Nesse sentido, argumentou que:

Esta é outra corrente; não é a que vai reformar o ensino secundario ou superior, é a do ensino democratico. E é o principal dever da Republica, é abrindo aos nossos costumes uma nova era, quebrando a apathia secular do povo em matéria de instrucção, determinar em nosso paiz essa mesma corrente benefica na qual não attendemos simplesmente á educação do povo, mas ao preparo mental das massas [...]. (BRAZIL, 1907, p. 749).

Assim, o deputado propôs para o povo “[...] universidades populares de ensino pratico [...]” (BRAZIL, 1907, p. 749), assim eles poderiam aprender “[...] os verdadeiros principios da sciencia economica, da historia das instituições.” Uma defesa, para alguns, que visava o afastamento de “ideias revolucionárias” em voga àquele momento.<sup>7</sup> Ou seja, para ele:

É pelas universidades populares, pelo ensino popular superior, que está além da escola primaria superior que se ha de conseguir isto. Há uma diferença radical entre essas universidades e outro qualquer ensino, que a denominação comporta; é preciso dizer, para não espantar os ouvintes. A composição do publico que as frequenta, de operarios, não de alumnos como os dos nossos corpos discentes; os caracteres extrinsecos do ensino todo concreto, todo pratico accessivel, intuitivo quase; a escolha dos assumptos, o processo de exposição, tudo é especial, porque nessas escolas populares um professor que fosse fallar sobre anatomia pela maneira por que o faz nas escolas de medicina, não seria entendido, não teria auditório. (BRAZIL, 1907, p. 749).

Haveria, assim, uma separação do público dessas universidades, apesar de percebemos um avanço em relação às propostas até então colocadas para a educação do povo, pois não se restringe ao ensino rudimentar de ler e escrever. Castro Pinto fez uma clara divisão entre o ensino propedêutico para a formação das elites do país e o ensino prático para a formação do povo. Com a proposta de criação de universidades populares haveria um aprimoramento da sociedade e, por conseguinte, a difusão de novos trabalhadores, mais preparados para a realidade que estava se modificando. Rocha (2004, pp. 80-81) diz que:

O desenvolvimento de uma nação dá-se, por um lado, pelo cumprimento das funções econômicas da produção e distribuição, por outro, pelo “aproveitamento geral das funções econômicas das diversas aptidões individuais”. Nesse caso, a educação não é promotora do desenvolvimento, ela caminha junto, como necessidade premente, e não isolada. A educação faz parte do aprimoramento necessário à sociedade para aproveitar as possibilidades do progresso.

Desse modo, a educação seria um dos pilares para o progresso da nação, ela, juntamente com as outras práticas sociais como o trabalho, possibilitaria a inserção do sujeito na sociedade. Assim como Castro Pinto, Manoel Bomfim defendeu a educação como um dos pilares do progresso da sociedade (BRAZIL, 1907). Porém, Aguiar (1999) ressalta que essa não foi a percepção de todos os deputados que discutiram o projeto. “Ao contrário de Manoel Bomfim, o deputado gaúcho [Pedro Moacyr] - repetindo os argumentos de Sílvio Romero - não considerava a educação uma peça essencial e necessária ao progresso brasileiro.” (AGUIAR, 1999, p. 403). Para os dois - Pinto e Bomfim - caberia a União o fortalecimento da instrução, pois esse reverberaria na modernidade do país.

Ao assumir o cargo de presidente de estado, Castro Pinto, juntamente com Symphroneo Magalhães e Matheus de Olivera, instalou na Parahyba uma Universidade Popular, a qual funcionava no Theatro Santa Roza e teve sua primeira reunião para a organização das comissões no dia 15 de janeiro de 1913 (UMA IDEIA QUE..., 1913, p. 01). Similarmente ao que ocorreu no Rio de Janeiro, diversos intelectuais parahybanos se aliaram a ideia: Coriolano de Medeiros, João Tavares Lira, Álvaro de Carvalho, Catarina de Moura, Thomaz Mindello, entre outros.

Percebemos aqui, por conseguinte, o primeiro afastamento em comparação à proposta carioca, a Universidade Popular parahybana foi um projeto do governo e não possuía um cunho anarquista/socialista. Pelo contrário, ao fazer a discussão em 1907, Castro Pinto a entendeu como uma forma de afastar o povo dessas teorias que considerava perigosas para a nação. Porém, assim como na experiência carioca, a instituição parahybana, também, foi criada com vistas à disseminação da instrução para o povo. A primeira matéria do jornal **A União** - de 16 de janeiro de 1913 - que trouxe a apresentação dessa instituição, vinha com o título de **Uma idéia que toma vulto - A Parahyba instruí-se** (UMA IDEIA QUE..., 1913, p. 01). Esse jornal abriu uma seção intitulada “Universidade Popular”, a qual divulgava as conferências e notícias dessa instituição semanalmente, fato esse que revela a importância dada a Universidade Popular pelos intelectuais e pelo estado, já que o jornal era um órgão do partido republicano.

A Universidade parahybana funcionaria mediante conferências e não em forma de cursos como a carioca. **A União** enumerou uma lista de 38 palestras para 1913, muitas dessas foram publicadas no dia seguinte a sua apresentação na Universidade Popular<sup>8</sup>. Os temas das conferências eram relativos às discussões travadas na sociedade da época como, por exemplo, higiene, instrução pública, voto etc., e muito deles Castro Pinto tratou em suas mensagens<sup>9</sup>. O jornal publicou uma nota sobre a distribuição de convites para a classe operária realizada no dia 15 de janeiro:

#### Á CLASSE OPERARIA

O generoso movimento de civismo iniciado no sentido de fundar e manter na Parahyba a UNIVERSIDADE POPULAR, interessa principalmente aos dignos concidadãos que constituem as classes laboriosas, ás famílias dos artistas e dos operarios.

É a educação do povo pelo povo e para o povo.

Os interessados devem concorrer pressurosos á reunião que amanhã, ás 7 horas e meia da noite, se realisará no Theatro Santa Rosa.

Não deixemos morrer na indiferença a mais bella das tentativas de instrucção popular no Estado.

**Ao THEATRO SANTA ROSA, Operarios da Parahyba!**  
(UNIVERSIDADE..., 1913, p. 02, grifo do autor).

Não havia referências no jornal sobre a localidade em que essas chamadas foram distribuídas, mas o convite deixa claro o público que se esperaria para essa Universidade: os operários e suas famílias. No jornal de 19 de janeiro de 1913, no entanto, percebemos algumas mudanças em relação a tal convite. Após uma proposta de Álvaro de Carvalho, as conferências passaram a ser destinadas também para os alunos da instrução pública (principalmente do Lyceu). A chamada do jornal evidenciou essa mudança: “Aos moços e operarios, especialmente, cabe um esforço em prol da idéa que toma corpo e que agita a marcha” (UMA IDEIA EM..., 1913, p. 01).

Consideramos, então, que houve uma modificação do público destinatário das conferências. Se, inicialmente, a proposta era de formar os operários (essa foi inclusive a proposta de 1907 de Castro Pinto), ao incluir os alunos da capital abria-se essa proposta para outro público, pertencente a outras camadas da sociedade. Fato esse relatado no jornal do dia 25 de janeiro: “A *Universidade Popular*, como bem o diz o seu titulo, não faz distincção de classes, destina-se ao

povo em geral, tendo entrada em o Santa Rosa tanto o cidadão graduado como o mais humilde operario” (O GRANDE..., 1913, p. 01, grifo do autor).

A inauguração da Universidade Popular ocorreu no dia 25 de janeiro de 1913. A conferência de abertura, no entanto, não estava presente na lista divulgada anteriormente no jornal. Essa foi proferida pelo pintor parahybano Aurélio de Figueiredo, sob o título de “O desenho como elemento de educação popular: influencia da pintura nas civilizações antigas e modernas”. O ciclo de palestras encerrou-se em outubro de 1913. Pinto (1913, p. 14) comentou a experiência em sua mensagem:

Não é estranho a esse plano do Governo, de incentivar a instrução por todos os meios consentaneos, o da fundação de uma Universidade Popular, sob os seus auspícios, o que se effectivou com um brilhantismo inesperado, encerrando-se a primeira época das conferencias que serão reatadas em tempo opportuno, e com os remodelamentos que a experiencia nos aconselha.

Pela fala do presidente de estado, havia a proposta de se continuar com os ciclos de palestras, porém assim como aconteceu com a instituição carioca, a Universidade Popular parahybana também teve curta duração. E após essa data não encontramos mais referências do seu funcionamento, nem na mensagem seguinte de Castro Pinto nem no jornal *A União*<sup>10</sup>. Porém, assim como ressaltou Aguiar (1999) em relação à carioca, o curto período de funcionamento não pode encobrir a importância dessas instituições para a sociedade da época. Esses experimentos foram pensados para a instrução popular, mesmo que a partir de perspectivas diferentes, e demonstram uma preocupação por parte dos intelectuais com a instrução do povo.

Percebemos, por conseguinte, que a imprensa e a Universidade Popular procuravam disseminar um processo de modernidade (o qual era também pedagógico) no estado, ligadas à ideia de progresso (da sociedade, das instituições, das cidades, do povo, etc.) e à noção de civilização. Como pano de fundo, encontramos a educação, a qual atravessou todas essas questões. Com a República, esse movimento em direção a modernidade foi ressignificado em diversos estados brasileiros, tendo como característica a busca de um modelo já instituído pelo *velho mundo*. Veríssimo (1890, p. XXX-XXXI, grifo do autor) citou o exemplo italiano da revigoração da cultura através das instituições:

O *risorgimento*, como a esta phase da sua vida nacional chamam os italianos, é propriamente uma resultante do trabalho giganteo de uma nova educação, não sómente feita nas escolas, porém nas universidades, na imprensa, nos livros e nas tribunas. Graças a este movimento, aquella nação que apenas saía de ser *uma expressão geographica* na dura fraze de Metternich. Surge-nos, vinte annos depois, na primeira linha das nações europeias.

Concluindo que no Brasil era necessário “[...] refazer-nos, não sómente temperamento, idéias e costumes novos, sinão um espirito novo, o espirito nacional” (VERISSIMO, 1890, p. XXXIII), a educação era partícipe, mas não a única necessária para esse processo. Manoel Bomfim (2008 [1905], p. 287, grifo nosso) também reconheceu a necessidade de outras instituições educativas para a consolidação da instrução pública:

Começemos pelo princípio: difusão do ensino primário. Espanejemos as inteligências, despertemo-las; é o caminho para chegarmos à educação integral. Forcemos a nota, numa campanha generalizada; chamemos à atividade quantas inteligências possam acudir ao nosso apelo; milhares de leitores virão estimular a produção literária e a cultura científica, que, uma e outra, se refletirão por seu turno sobre o público, *alargando-o cada vez mais, educando-o. Imprensa, revistas, círculos de estudos, bibliotecas, universidades populares [...]*.

Civilizar o povo, nesse sentido, tinha um sentido maior do que apenas lhe fornecer o acesso à instrução primária. Perpassava outras instituições como a própria imprensa, as bibliotecas e as universidades populares, por exemplo. A escola teria um papel principal, mas não único, nesse processo. Gomes (2009, p. 97), investigando as semelhanças e diferenças entre a República brasileira e portuguesa, conclui que:

É nesse amplo contexto de reflexões críticas, em que o progresso e a modernização são o reverso do atraso e da decadência, assim conceituada, que é possível recortar, no pensamento republicano brasileiro e português, uma vertente que elege a educação como dimensão e instrumento estratégico e decisivo para se alcançar esse fim. Contudo, é preciso ficar claro que a preocupação com os problemas educacionais, nos dois países, não nasce com a República e, muito menos, com ela irá encontrar de imediato soluções alentadoras.

Percebemos, dessa forma, uma circulação de ideias e de discussões que não se restringem apenas ao território brasileiro. A educação assumia um papel amplo dentro da sociedade, não apenas vinculada à escola, mas sim a todos os espaços da sociedade. Educar o povo seria encaminhá-lo para um processo de cidadania, “[...] pois significava a construção de uma nova cultura cívica, centrada na educação (mais ampla e duradoura) e não apenas na instrução da população.” (GOMES, 2009, p. 98).

### Considerações finais

Começamos o processo de escrita das nossas considerações finais a partir do questionamento do próprio título dessa seção. Se voltarmos ao início do nosso texto percebemos que em uma investigação, a qual se auto afirma guiada por um olhar hermenêutico, há uma questão a ser pensada: a importância de se retomar os termos que utilizamos nas pesquisas e de (re)ver nossos *pré-conceitos* formulados sobre determinado termo em um período histórico (REIS, 2009). O termo considerações finais pode nos levar a incorrer no erro da ideia de finitude da *interpretação*. Ou seja, como argumenta o próprio Gadamer (2008), o ato de interpretar deve ser sempre um processo, que não finda com a transcrição para a linguagem e nem, nosso caso, com a finalização de uma pesquisa. Esse processo de finalização apenas abre *novos horizontes* no âmbito de um tipo de investigação ainda carente de exploração no campo da História da Educação produzida no Brasil.

O nosso olhar sobre essa experiência educacional na Parahyba se deu mediante não uma via de mão única, na qual a ideia é gestada por um e aparece depois em outra localidade. Se partirmos do conceito de influência, caímos na explicação de que as ideias brasileiras estavam *fora do lugar*, pois teriam sido pensadas originalmente na Europa e transplantadas para o Brasil. Para sair desse esquema explicativo, nos chamou a atenção a ideia, hoje clássica e inspirada no pensamento weberiano, e aqui manuseada por Michel Löwy (1989), de *afinidade eletiva*, categoria, do nosso ponto de vista, adequada para se pensar a História Intelectual e a própria escrita da

educação. Ou seja, as ideias se estabelecem em uma determinada sociedade mediante um movimento de *diálogo*, contínuo, no qual elas são remodeladas e (re)pensadas constantemente.

Como exemplo dessa movimentação de ideias, tomamos os debates em torno da Universidade Popular na Parahyba e no Brasil na Primeira República. A proposta modelar dessas instituições surgiu na Europa e foram repensadas no Rio de Janeiro em 1904, por intermédio de um grupo de anarquistas liderados por Elysio de Carvalho (AGUIAR, 1999). Na versão carioca, como foi possível observar, já houve uma reestruturação do modelo europeu. Ao tratar a primeira vez do assunto, Castro Pinto, o fez na Câmara dos Deputados em 1907. Nessa ocasião, pensou em uma instituição voltada apenas para o público de operários. Percebemos uma diferenciação basilar em relação à proposta carioca. Enquanto no Rio de Janeiro se propunha a disseminação do pensamento anarquista/socialista para as camadas de trabalhadores, Castro Pinto a propôs justamente para afastar essa classe dos *perigos* dessas teorias externas. Ao ser fundada na capital do estado da Parahyba durante o seu governo, em 1913, a Universidade Popular já se fincou em outras propostas, sendo o público alvo não apenas os operários, mas também os alunos do Lyceu e toda a intelectualidade parahybana.

Podemos perceber, assim, que não foi na cópia que se firmaram teorias e experimentos no Brasil, mas sim com base em um *diálogo*. A Universidade Popular não era uma *idéia fora do lugar*, mas sim uma proposta forjada nas ideias de *seleção e reapropriação*, as quais se constituem como uma *caixa de ferramenta* (ALONSO, 2002) para uma ação política, tanto no Rio de Janeiro (do partido operário) quanto na Parahyba (do governo), diante de uma problemática brasileira: a falta de instrução para o povo.

O pouco tempo de existência das duas universidades pode ser percebido como um indício das dificuldades do período em realizar as ações para a educação. Problema esse que não pode ser interpretado como um *falta*, mas sim como mais uma tentativa de constituição de um sistema educacional no Brasil a partir das diversas representações existentes relativas à própria ideia de educação.

O investimento na cultura e sua interligação com os ideais de educação e de modernidade, segundo Vieira (2011), foi uma questão bastante difundida pelos intelectuais desse período, tinham sobre a necessidade de mudanças para sociedade brasileira. Essa foi a postura dos outros dois intelectuais citados por nós - Veríssimo e Bomfim. Havia, portanto, uma consciência da importância da imprensa como local de desenvolvimento tanto da cultura quanto da educação, e por isso uma instituição indispensável para o projeto republicano de modernidade. Na Parahyba, Castro Pinto mostrou-se consciente do papel da imprensa em educar a sociedade, de promover um movimento de ideias dentro do estado e como instituições incentivadoras da divulgação das ideias parahybanas no âmbito nacional. Havia uma complementariedade das ações de Castro Pinto para a introdução da modernidade no estado. De um lado, procurou instituir novas posturas morais na população através da criação e do fomentar o debate em torno das instituições educativas e, de outro, também incentivou/(re)estruturou a instrução pública na Parahyba.

## Referências

AGUIAR, Ronaldo. *O rebelde esquecido*. Tempo, vida e obra de Manuel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 01, jan/abril 2012. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/320/306>> . Acesso em: 10 jun. 2012.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Intelectuais, instrução e espaço público no Brasil Império: uma análise do pensamento político e educacional de Tavares Bastos. *Revista Brasileira de História da Educação*, vol. 15, n 2 [38], pp. 81-109, 2015.

DUARTE, Samuel Vital. *Castro Pinto*. João Pessoa: A União, 2000. (Série Paraíba Nomes do Século, 30).

ESPINDOLA, Máira Lewtchuk. *Primeira república, intelectuais e educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: \_\_\_\_ (Org.). *Educação, modernidade e civilidade: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. Apresentação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; INÁCIO, Marcilaine Soares (Orgs.). *Políticos, literatos, professores, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução Flávio Paulo Meurer. 9 ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GONÇALVES NETO, W. Cultura escolar e legislação em Minas Gerais: o município de Uberabinha no início da República. In: YAZBECK, D.; ROCHA, M. (Orgs.). *Cultura e História da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

LOMBARDI, José (Org.) Historiografia educacional brasileira e os fundamentos teórico-metodológicos da história. In: \_\_\_\_\_. *Pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados, 2000.

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de afinidade eletiva. In: \_\_\_\_\_. *Redenção e utopia: judaísmo libertário na Europa central*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MELLO, José Baptista de. *Evolução do ensino na Paraíba*. 3. ed. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura/Conselho Estadual de Educação, 1996.

MOREL, Marcos; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J. O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher. *Pagu*, n. 29, dez 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

NUNES, Maria Lúcia da Silva. A imprensa paraibana e os direitos da mulher: textos publicados no jornal A União na década de 1920. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (Orgs). *Pesquisa e historiografia da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ROCHA, Marlos B. M. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Brasília: Plano; Campinas: Autores Associados, 2004.

SIMÕES JUNIOR, A.S.; CAIRO, L. R.; RAPUCCI, C. A. (Orgs.). *Intelectuais e imprensa: aspectos de uma complexa relação*. São Paulo: Nankin, 2009.

TRIGUEIRO, Osvaldo. *A Paraíba na Primeira República*. João Pessoa: A União, 1982.

VASCONCELOS, Amaury (Org.). *Antologia dos Oradores Paraibanos*. João Pessoa: A União, 2011.

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil, 6., 2011, Vitória. *Anais...* Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

## Fontes

BRAZIL, República dos Estados Unidos do. *Anaes da Camara dos Deputados: Sessões de 24 a 30 de setembro de 1907*. v. 5, segunda parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem: O parasitismo social e evolução*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 [1905].

O GRANDE pintor parahybano *Aurelio de Figueiredo* inaugurará hoje a “Universidade” fazendo conferencia no Theatro Santa Rosa. *Jornal A União*, Parahyba, p. 01, 25 jan. 1913.

PINTO, Castro. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa da Parahyba*, de 1º de outubro de 1913. Parahyba: Imprensa Official, 1913.

PINTO, Castro. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa da Parahyba*, de 1º de setembro de 1914. Parahyba: Imprensa Official, 1914.

PINTO, Castro. *Discursos parlamentares*. Sel. e int. de Pedro Paulo de Ulysséa. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. (Série Discursos Parlamentares, 17).

UMA IDEIA QUE toma vulto - A Parahyba instruí-se. *Jornal A União*, Parahyba, p. 01, 16 jan. 1913.

UMA IDEIA EM marcha. *Jornal A União*, Parahyba, p. 01, 19 jan. 1913.

UNIVERSIDADE popular. *Jornal A União*, Parahyba, p. 02, 16 jan. 1913.

VERISSIMO, José. *A educação nacional*. Pará: Editores Taveres Cardoso & C<sup>a</sup>/Livraria Universal, 1890.

## Notas

---

- <sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Estágio Pós-Doutoral Sênior no Instituto de Educação, na área de História da Educação, na Universidade de Lisboa (UL), no biênio 2015/2016. Professor associado III, na área de Sociologia da Educação, no Departamento de Fundamentação da Educação (Centro de Educação). Professor pesquisador, habilitado a orientar nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (Centro de Educação) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de História da Educação, desde 2008. Coordenador da linha de História da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFPB) no biênio 2016-2018. Desenvolve pesquisas sobre História Intelectual e dos Intelectuais, História Conceitual, Teoria e História da Educação. Lidera o Diretório no Cnpq do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (Histedbr-GT Paraíba), atuando na Linha História Intelectual e dos Intelectuais, (Auto) Biografias e Estudos de Gênero, além de integrar também o Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (Gheno) e o Grupo História das Instituições e dos Intelectuais da Educação no Brasil.
- <sup>2</sup> Pedagoga, Mestre em Educação e Doutoranda em Educação na Linha de História da Educação na Universidade Federal da Paraíba. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (Histedbr-GT Paraíba) e também o Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO).
- <sup>3</sup> Infelizmente não encontramos menção a essa instituição em outro jornal do período. Durante o percurso da investigação, foram pesquisados outros jornais como, por exemplo, o *Jornal O Estado da Parahyba*, mas não encontramos menção à referida Universidade.
- <sup>4</sup> Para a autora, a comunidade de experiência eram espaços nos quais os intelectuais se incorporavam, ou seja, eram agrupamentos como os institutos históricos geográficos, as academias de letras, os clubes abolicionistas, os jornais etc.
- <sup>5</sup> No dia sete de Setembro de 1905, em uma comemoração à independência do Brasil no Lyceu Parahybano, foi fundado por uma comissão - da qual Castro Pinto era integrante - o Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP). Atuando como orador nessa instituição desde a sua inauguração até 1909. Castro Pinto exerceu, nesse mesmo ano, a função de redator da *Revista Philipéia*, a qual possuía um cunho literário, agrícola, político, artístico, científico, religioso, industrial e humanístico com circulação do primeiro número em dois de Julho de 1905. Em 1906 foi eleito para a Câmara Federal e em 1908 passou ao Senado da República.
- <sup>6</sup> Castro Pinto defendeu que a instrução deveria ter co-participação do Estado e do privado (talvez uma característica do partido liberal, do qual fez parte na Parahyba). Privado em seu discurso tinha dois sentidos. O primeiro que seria próprio aos sujeitos da educação: a intelectualidade (suas teorias e métodos), na qual o Estado deveria intervir; a moralidade (seus valores, a moral), em que o Estado não poderia e/ou não conseguiria agir; e por último a educação física, na qual o Estado só poderia agir indiretamente. O segundo sentido de privado era em relação às próprias instituições de ensino privados, nesse sentido caberia ao Estado regulamentar, inspecionar e dar as diretrizes gerais de ensino. O deputado parahybano inclusive faz uma crítica à forma de como o projeto 242 trouxe a equiparação dos colégios secundários e dos colégios particulares: “O nobre Deputado (*referindo-se ao Sr. Affonso Costa*), já acredita nos collegios particulares, que não têm

fiscalização, e condenou os equiparados que sempre tiveram fiscalização.” (BRAZIL, 1907, p. 755). Manoel Bomfim, também, não excluiu a iniciativa particular para o fomento da instrução no país (AGUIAR, 1999).

<sup>7</sup> Alonso (2002) chama-nos atenção para a característica reformista da *geração de 1870*, segundo a autora “[...] enquanto o movimento intelectual europeu dos anos de 1870 em vários países teve íntima relação com o socialismo [...] o movimento brasileiro contemporâneo bebeu soluções elitistas na política científica e afastou as teorias da revolução.” (ALONSO, 2002, p. 334). Foi a continuidade da característica de reformismo e esse afastamento das revoluções que percebemos nos discursos de Castro Pinto na República.

<sup>8</sup> Não encontramos todas as conferências listadas no jornal, temos para tal duas explicações: a primeira é que nem todas foram realizadas e a segunda é relativa ao estado dos arquivos da FUNESC (no qual se encontram os exemplares do jornal **A União**), muitos jornais não estão mais em condição de pesquisa e possuem vários números faltantes.

<sup>9</sup> Destacamos a presença de uma mulher conferencista dr<sup>a</sup>. Catharina Moura, a qual versou sobre os direitos políticos da mulher, conferência publicada no jornal **A União** no dia primeiro de abril de 1913. Segundo Nascimento e Oliveira (2007, p. 431), o jornal foi um espaço importante para o movimento de redefinição da mulher na modernidade, pois essas “[...] utilizavam-se do meio impresso como espaço para as suas reivindicações.”

<sup>10</sup> É importante salientar que apesar de não encontramos mais as chamadas para a participação na Universidade Popular, o ciclo de palestras no Theatro Santa Roza continuou até depois do fim do governo de Castro Pinto na Parahyba.

**Recebido:** Março/2016.

**Aprovado:** Abril/2017.